

5

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA
SESSÃO REALIZADA NO DIA 27 DE JANEIRO DE 2023

ATA NÚMERO VINTE E DOIS

10 Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, teve lugar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa a 1ª Secretária, em exercício, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa e a 2ª Secretária, em exercício, Maria de Fátima Menezes de Figueiredo.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Arménio José Pereira da Costa, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues Fonseca de Castro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Jaime da Silva Quintas, João Morais de Sousa, João Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, ; Joaquim
20 César Ramos Rodrigues, Joaquim de Sousa Rocha, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Gamboa Campos, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Natália Soares Gonçalves, Serafim Silva Teixeira, Tiago Filipe da Costa Braga, Vítor da Silva Pereira Canastro, Joaquim Moreira Barbosa, Paulo José Melo Martins, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, João Emanuel de Gouveia Martins, Luísa Maria Porto Ferreira da Silva, André Araújo Ferreira, Pedro
25 Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, Jorge Manuel dos Santos Pereira e Rui de Brito e Cunha Leite de Castro. ----

Faltaram os seguintes deputados municipais: Carlos José Pinto Vergueiro, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Aurora Marina Paula Ferreira Teixeira; Dália Miranda Eira, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Marcos Sérgio Silva Santos; Carlos Alberto Pinto Ribeiro que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Bruno Miguel Oliveira; Manuel
30 Paulo de Jesus Lopes, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Mário Vicente Reis; Filinto Virgílio dos Ramos Lima, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Abílio Silva Ferreira; Filipe da Silva Lopes, que justificou a falta, sendo substituído nos termos da Lei, pelo seu Substituto Legal, Joaquim Pereira da Silva; Ricardo Miguel da Costa Almeida, que faltou; Rui Pedro Fernandes Teixeira, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento
35 disponível, Manuel Benjamim Leite Soares; Carla Maria Rodrigues Costa, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Fernanda Rocha Machado; Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, que

5 justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Sérgio Francisco Baptista; José Fernando Santos Almeida, que justificou a falta, sendo substituído pelo elemento disponível, Júlia Dorinda Lima Sampaio e Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, que justificou a falta, sendo substituída pelo elemento disponível, Beatriz Russo e Silva. -----

10 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Miguel Vieira de Azevedo e os Senhores(as) Vereadores(as): Paula Cristina Martins Carvalhal, José Valentim Pinto Miranda, Elísio Ferreira Pinto, Célia Correia e José Joaquim Cancela Moura. -----

Estiveram ausentes os senhores Vereadores: Marina Raquel Lopes Mendes, José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Ponto 1 - Público.-----

20 **Senhor Manuel Cruz (Freguesia de Canelas)** Deixou um pesar pelo falecimento do cidadão Virgílio da Costa Freitas, que há bastantes anos, foi presidente da junta de Freguesia de Vilar de Andorinho. Congratulou-se pelo facto de ver perpetuado o nome do eng. Domingos Oliveira, diretor do Agrupamento de Escolas de Carvalhos, num arruamento da união de Freguesias de Pedroso e Seixezelo. Referiu outros nomes de pessoas que mereceriam também esse reconhecimento. Documento em anexo (Vide anexo nº1). -----

25 **Senhor Joaquim Silva Gomes (União de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso)** na sua intervenção fez referência à “Praceta Gil Eanes” integrada nos edifícios, próximos da escola António Sérgio, jardim e monumento ao Escultor Soares dos Reis. Referindo que por imposição dos serviços camarários e o acordo com a maioria dos proprietários, foram recentemente intervencionados, ficando como novos. Residentes e comerciantes solicitaram um conjunto de condições de acesso de viaturas às lojas e Habitações. Agradeceram a boa vontade e sapiência do senhor presidente senhor doutor Eduardo vítor Rodrigues, conforme
30 documento em anexo (Vide anexo nº2).-----

Senhor David Almeida (União de Freguesias de Santa Marinha e Afurada) focou diversos aspetos relativamente à suspensão dos Alojamentos Locais, durante 6 meses, e da impossibilidade de fazer novos registos, no concelho de Vila Nova de Gaia, pondo em causa os investimentos que já estão em curso e que ainda não puderam fazer registos dos imóveis no alojamento local. Sugeriu algumas medidas a pôr em
35 prática. -----

- 5 **Senhor António Silvério da Rocha (União de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso)** a sua intervenção incidiu na temática do Alojamento Local, e que entendia ser o bode expiatório para resolver a crise da habitação, que se verificava nas grandes cidades. Falou na taxa do IMI, que os senhorios pagam sobre as rendas, 28% vão parar aos cofres do Estado diretamente e, portanto, essa política é que deveria ser alterada.
-
- 10 **Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Patrocínio Azevedo**, prestou os devidos esclarecimentos aos munícipes. Ao senhor Manuel Cruz e relativamente ao voto de Pesar, disse que o senhor Virgílio Freitas merecia o voto. A propósito da atribuição do nome, do Engenheiro António Lima, na toponímia de Gaia, irá transmitir essa vontade ao Senhor Presidente da Câmara, e logo que seja possível, poderão equacionar o assunto, junto da comissão que atribui os nomes. Relativamente ao Senhor Joaquim Silva Gomes dizer que a
- 15 intervenção na Praceta Gil Eanes, era uma intervenção articulada com o projeto “meu bairro, minha rua” e com os moradores. Os moradores foram ouvidos, através de um inquérito, e a Câmara estava convencida estar a dar respostas no sentido de responder expectativas de todos. O presidente em exercício, eng. Patrocínio Azevedo, iria no dia seguinte, juntamente com a equipa, tentar perceber se havia mais alguma coisa que pudessem melhorar. -----
- 20 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues**, prestou mais alguns esclarecimentos aos munícipes que intervieram. Disse, que em 2019, a renda média em Vila Nova de Gaia era de 540 euros, em 2022, a renda média em Vila Nova de Gaia era de 750 euros e, era preciso dizer que isso não era culpa, nem
- 25 responsabilidade única do setor do alojamento local. Aquilo que o município tinha feito relativamente à habitação era conhecido. O município de Vila Nova de Gaia conseguiu a segunda maior estratégia local de habitação do país, com 143 milhões de euros, portanto, uma estratégia local de habitação que mostrava o empenho na temática da habitação em concreto. Juntamente com a estratégia tinham criado uma série de isenções que facilitavam o acesso à habitação, não pensavam ser culpa do alojamento local. Disse ainda que o alojamento local surgiu em Vila Nova de Gaia, para que pessoas comprassem, reabilitassem, disponibilizassem ao mercado de alojamento. Num momento pós pandémico assistiu-se a uma evolução de
- 30 situações que chegavam em catadupa, como situações concretas de pessoas que quando chegavam ao fim do seu contrato de arrendamento, em vez de pagarem 400 euros, por exemplo, o senhorio para o renovar pedia 700. Atualmente os pedidos de habitação para bairro social, não são pedidos de ciganos, de mendigos, são pedidos de pessoas de classe média que trabalham, têm os seus empregos, mas cujos rendimentos são escassos ou cujas rendas são insuportáveis para os rendimentos que têm. Há uns anos, o que as pessoas
- 35 pediam era um T2 e T3, hoje, 60% dos pedidos de habitação são para T1, T0 grandes, talvez porque se reconfigurou o modelo de família. São as famílias monoparentais, famílias isoladas, mulher e um filho, um homem um filho, mulher sozinha, homem sozinho, fruto muitas vezes de alteração de modelos familiares, fruto da opção pessoal, fruto de divórcio, etc. A medida implementada para AL, era uma medida para 6

5 meses, não uma medida que fosse eliminada, não entendendo o pânico. Deixou os devidos esclarecimentos dentro desta temática. -----

Ponto 2 - Leitura, Discussão e Votação de Atas. -----

10 **O Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 18 de 17 de novembro de 2022.**-----

Votação: Aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os Srs. Deputados: Marcos Sérgio Silva Santos, Abílio Silva Ferreira, Joaquim António Dias Tavares, Jaime da Silva Quintas, Tiago Filipe da Costa Braga, Júlia Dorinda Lima Sampaio, Luísa Ferreira da Silva e Beatriz Russo.-----

15

Senhor Deputado Jorge Pereira (CH) apresentou um Voto de Pesar, pelo Falecimento de Sua Santidade o Papa Bento XVI, conforme documento em anexo (Vide anexo nº3). -----

Senhor Deputado João Paulo Silva (PS) apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Mafalda Moura da Silva Ferreira, conforme documento em anexo (Vide anexo nº4). -----

20 **Declaração de Voto do Senhor Deputado João Paulo Silva (PS)** apresentou, declaração de voto, relativamente ao falecimento do Papa emérito Bento XVI. Referindo, que apesar de o Grupo Municipal discordar dos considerandos, votariam favoravelmente, conforme documento em anexo (Vide anexo nº5). -

Declaração de Voto da Senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva (BE) apresentou declaração de voto pelo falecimento de Joseph Ratzinger, referindo que o Grupo Municipal do BE se iria abster, conforme documento em anexo (Vide anexo nº6).-----

25

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação, o Voto de Pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do CH, “Pelo Falecimento de Sua Santidade o Papa Bento XVI”.-----

30 **Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 01 do CH, 01 do PAN e 01 do IL) e 04 abstenções (02 da CDU e 02 do BE).**-----

5 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação, o Voto de Pesar, pelo Falecimento de Maria Mafalda Moura da Silva Ferreira. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

10 **Ponto 2.1. da Ordem de Trabalhos “Eleição de Membro da Mesa da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia”.** -----

O Senhor Presidente da Mesa, procedeu à chamada para a votação na lista única apresentada, denominada **A.**-----

15 Findo o escrutínio, anunciou os resultados da votação, tendo sido eleita como Segunda-Secretária, Dália Miranda Lopes Eira. -----

Descargas na lista de chamada: 47 -----

Votos entrados na urna: 47 -----

Votos a Favor: 42 -----

Votos Contra: 0-----

20 Votos em Branco: 5 -----

25 **Ponto 2.2. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Financiamento de Investimento, ao abrigo do artigo 51º da Lei 73/2012, de 3 de setembro, até ao valor de € 18.516.473,56 (dezoito milhões, quinhentos e dezasseis mil, quatrocentos e setenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos) e correspondente Repartição de Encargos e Compromissos Plurianuais – Retificação do Ponto 4.3., Deliberado em Assembleia Municipal de 22 de setembro de 2022”.** -----

30 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 2.2.**-----

Votação: Aprovado por Maioria, com 39 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 do IL) e 06 abstenções (05 do PSD e 01 do CH).-----

5 **Ponto 2.3. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à
Alteração da Composição dos Júris dos Procedimentos Concurrais, para Provimento dos Cargos de Chefe
de Divisão de Espaço Público e Mobiliário Urbano e Chefe de Divisão de Vistorias Administrativas. Também
abertura de Procedimento Concurral para Provimento do Cargo de Chefe de Divisão de Gestão Urbanística,
10 nos termos previsto no artigo 12º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação em articulação
com o previsto no artigo 20º da Lei nº 2/2004 de 15 de janeiro na sua atual redação e a composição do Júri
de Recrutamento em cumprimento e nos termos previstos no artigo 13º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto
na sua atual redação”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o
Ponto 2.3. -----

15 **Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

O Senhor Presidente da Mesa, chamou a atenção da câmara que, durante as votações dos pontos
anteriores, nenhum senhor deputado do CDS-PP. -----

20 **Ponto 2.4. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à
Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana ARU Eixo Carvalhos – Grijó”. -----

Ponto 2.5. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à
Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana ARU Aguda - Granja”. -----

25 **Ponto 2.6. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à
Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana ARU Setor Noroeste do Anel Industrial e
Logístico”. -----

Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD) disse, que o Grupo Municipal do PSD acompanhava a estratégia
de regeneração urbana definida pela totalidade e, aprovada por aquela assembleia em fevereiro de 2016.
30 Disse ser reconhecido, nos documentos que receberam, numa análise da evolução do território, no entanto,
que a transformação ocorreu a 2 velocidades, bem distintas e com clara vantagem para a área central da
cidade e da frente de mar, em detrimento do miolo do concelho e das freguesias do Interior. Por isso, o PSD
apelava ao município, que para além dos instrumentos de natureza fiscal previstos na lei como incentivos à
reabilitação, pudesse propor outros mecanismo de natureza financeira, por exemplo, isenções totais ou
35 integrais, com vista à promoção da reabilitação de áreas consideradas estratégicas, promovendo também

5 uma diferenciação dos benefícios fiscais, na fixação de taxas de acordo com a localização das ARU'S, assumindo a própria diversidade do território como um fator diferenciador. Finalizou congratulando-se com a renovação de vigências das 3 áreas de reabilitação urbana apresentadas no documento. -----

10 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.4.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.5.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

15 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.6.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20 Ponto 2.7 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município da Parcela de Terreno, com Área de 327,80 m2, Sita na Rua da Feira Nova, na União de Freguesias de Pedroso e Seixezelo, que confronta do Norte com Lote de Terreno Particular, do Sul com Domínio Público Municipal, do Nascente com Município de Vila Nova de Gaia e do Poente com Rua da Feira Nova e é parte do Prédio descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia sob o número 1337 – Pedroso e encontra-se omissa à Matriz Predial – Complemento
25 à Deliberação da Assembleia Municipal datada de 24.11.2022”-----.

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.7.-----

Votação: Aprovado por Unanimidade -----

30 Ponto 2.8 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Saldo de Gerência do Ano 2022, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ---

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou as devidas notas de enquadramento do assunto em causa aos senhores deputados, referindo que não se estava a discutir o

5 relatório de contas e o balanço do mandato em curso no ano 2022. Apenas a tratar de formalizar o balanço financeiro, e fazer a transição do mesmo para o orçamento 2023. Uma decisão tomada recentemente, nos últimos 3 anos e, que tentava resolver um problema legal que era a ausência de automatismo de incorporação do saldo, que tradicionalmente tinha de esperar pela aprovação do relatório contas de abril, para ser incorporado nas contas do município. O que evidentemente se transformava numa gestão de meio
10 ano, entre abril e novembro ou entre abril e outubro que, era basicamente o tempo que tinham para algum do exercício financeiro de 2022. A incorporação do saldo apresentado, permitia ao mesmo tempo dotar rubricas, que tinham dotações meramente residuais como rubricas de 100 euros. Uma nota final sobre os montantes, era muito importante que se percebesse que no caso dos municípios ou das freguesias e no caso do município de Vila Nova de Gaia, o saldo transitado não era saldo líquido do exercício. Disse que na verdade
15 se estava a aprovar um instrumento técnico de saldo para transição no orçamento de 2023. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.8.-----

20 **Votação: Aprovado por Maioria, com 39 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU, 01 do PAN e 01 do IL) e 08 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS e 01 do CH).** -----

25 **Ponto 2.9 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Contrato-Programa a Celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e a INOVAGAIA – Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de Vila Nova de Gaia tendo em vista a Definição das Condições para a Prossecução das Atribuições Estatuárias, para o Exercício de 2023, no Valor de € 200.000,00 (duzentos mil euros).**-----

30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues,** fez o enquadramento do ponto, referindo estar-se a falar do contrato-programa para Vila Nova de Gaia, contrato-programa anual para a gestão despesa corrente. Disse, que ainda se está com uma situação económico-financeira débil ou em transição, não tinham capacidade para assumir pessoalmente o investimento e, por isso lançaram no mercado essa possibilidade no ano 2023. A Câmara Municipal tem uma capacidade de um fôlego financeiro que permite sem desestabilizar as contas, avançar para uma solução, o que se resgatou do fundo imobiliário para a construção e um Pólo de Incubação, também numa zona mais urbana. Um centro que cria a
35 estabilidade económico-financeira de Gaia, se não foi nos últimos 2 anos é porque tem havido um volume

5 de investimentos, não despesas correntes, mas de investimentos que, de alguma forma têm puxado pelas contas da autarquia, estando-se por isso também a cumprir os objetivos. -----

Senhor Deputado Paulo Martins (PSD) disse que para o PSD, não querendo ser injustos reconheciam que o documento apresentado trazia mais alguma informação, trazia pelo menos muito mais que aquilo que era normal, embora continuasse a não responder a algumas perguntas como a taxa de rotatividade no número
10 de empregos criados, quais as novas empresas que para lá se deslocaram, os novos projetos de incubação, entre outros, o plano de atividades e orçamento assim como o plano de atividades. Fazendo o balanço, os resultados apresentados no documento deixavam-lhes algumas reservas, a forma como eles iriam ser implementados, nomeadamente os limites dos projetos, a execução dos mesmos entre outros. Disse, que o senhor Presidente mais uma vez, tinha demonstrado disponibilidade para a realização de uma reunião com
15 a administração, para que tudo fosse clarificado, dando o benefício da dúvida, o Grupo Municipal do PSD se iria abster na votação do documento. -----

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.9. -----

20 **Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS, 01 do CH e 01 do IL).** -----

25 **Ponto 2.10 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto aos Encargos Plurianuais referente à Empreitada de Construção da Nova Piscina de Maravedi, em cumprimento do art.º 22 do DL 197/99 de 08 de junho, reprimado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, do seguinte modo:**

- Ano 2023 – € 300.000,00 (trezentos mil euros) + IVA -----
- Ano 2024 – € 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil euros) + IVA -----
- Ano 2025 – € 3.282.606,33 (três milhões, duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e seis euros e trinta e
30 três cêntimos) + IVA. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou esclarecimentos aos senhores deputados, dizendo que o lançamento do concurso era da competência da Câmara, mas vinha à discussão e votação da assembleia para ser aprovada a distribuição plurianual do investimento. A primeira proposta era
35 uma proposta de requalificação, reabilitação, mais ou menos integral. A segunda proposta ia no sentido de

5 “demolição e construção de raiz” sendo que não havendo uma demolição integral, mas a manutenção de
grande parte da estrutura pilar e depois sim, a reconversão total pela diferença de preço cerca de 2 milhões
de euros, a opção foi a construção de raiz ou basicamente, a construção de raiz. Isso levou a que não se
tivesse apenas fazer um projeto de requalificação, mas um verdadeiro projeto integral com especialidades,
projeto de execução etc., o que levou a que tivessem passado cerca de 2 anos para se ter opção tomada e o
10 concurso lançado. Tal como aconteceu com uma reflexão anterior, deixa claro que o investimento adicional
que se vai ter com a criação destas valências na piscina é um investimento que tenta servir o município,
porque aquilo que vai acontecer é que evidentemente a exploração do ginásio e de uma parte da piscina é
uma exploração rentável, claro que as questões sociais são mantidas, as crianças, os bebés, os idosos,
fisioterapia, tudo isso mantém-se até porque as tabelas de preços são definidas pelo município, mas como
15 se sabe uma piscina neste sítio é uma piscina que também tem muitos “clientes” numa lógica comercial e,
portanto, o objetivo do município é garantir que a piscina fica suficientemente dotada para ser sustentável
e autofinanciada para não puxar pelo orçamento municipal. A razão desta distribuição tão desajustada entre
2023 e os anos seguintes prende-se, com facto de se prever o tempo que normalmente o Tribunal de Contas
leva a dar o visto e, portanto, prevermos que no ano 2023, o nível de execução financeira da piscina seja, de
20 facto, muito reduzido, tendo em conta que temos pela frente em termos de concurso público e em termos
depois do visto do Tribunal de Contas que este concurso está sujeito e, portanto, é uma distribuição
previsional, mas que acreditam que vai cumprir, que vai ser cumprida integralmente, se não tiverem nenhum
percalço no procedimento concurso. -----

25 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o
Ponto 2.10.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade -----

**Ponto 2.11 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto ao Diagnóstico e Plano
30 Municipal para a Igualdade do Município de Vila Nova de Gaia 2022-2025**”. -----

Senhor Deputado André Araújo (CDU) começou por elogiar o documento, designadamente ao nível do
diagnóstico apresentado, pela profundidade, pela análise de um conjunto de dados de interesse nesta
matéria. Apesar disso uma das questões que suscitou algumas dúvidas, dizia respeito ao apoio da Câmara
35 Municipal à carência económica e emergência social e os valores desse apoio, referentes ao triénio
2020/2022. A questão era simples, será que podiam especular que poderá advir dos anos de 2020 e 2021

5 terem tido números superiores pelas questões da pandemia, mas queriam entender a que se devia a diferença entre 2021 e 2022, se em 2023 se mantém os números de 2022 ou se aumenta, regressando aos valores de 2020 e 2021.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, prestou os devidos esclarecimentos, focando não ter dados absolutos para poder responder, a resposta só poderá ser dada depois de estudar o perfil dos candidatos que tivemos em 2020/21 e em 2022. Que perante 2 anos, 2020 e 2021, fruto da pandemia, houve muita gente numa lógica de lay-off, empresas que tiveram lay-off, mas pagaram adicionalmente os 25%, portanto, na verdade, as pessoas não sentiram e, houve empresas, a maioria, infelizmente que, ou por incapacidade ou por falta dessa disponibilidade social se cingiram ao lay-off e não participaram adicionalmente o lay-off, levando até 100% do vencimento. Em 2022 sentiu-se algum alívio, parecendo estranho dizer isto numa altura em que estávamos, de facto, com aumento de inflação, com dificuldades, etc., mas a verdade era que também se sentia uma melhoria da atividade económica. A principal dificuldade atual não era tanto na emergência social mas na pressão sobre o plano do programa municipal de apoio ao arrendamento. Provavelmente haveria no futuro a necessidade de aumentar verbas no programa municipal de arrendamento e não ter grande mexida na emergência social.-----

20 **Senhora Deputada Luísa Ferreira da Silva (BE)** em relação ao documento, era rico do ponto de vista da informação e, de facto interessante, muitas das medidas foram feitas e faz ainda a compilação de todas elas, uma série de informações de caracterização demográfica, um documento bem construído desse ponto de vista. O documento divide o diagnóstico em vertente interna e vertente externa. Na vertente interna, ainda se poderia considerar , elementos para diagnóstico, de certa forma interna, a câmara fazia um inquérito Online, em que a proporção do Universo correspondia a cerca de 300 pessoas e um inquérito com as respostas das pessoas às perguntas, e não tinham mais comentários. A parte da vertente externa não tinha diagnóstico, tinha a caracterização demográfica e depois a listagem das medidas, dos programas feitos neste domínio. Considerando que era um documento, rico do ponto de vista informativo, mas escasso como documento diagnóstico. Na leitura que faziam não percebiam onde se baseavam para chegarem às reflexões finais.-----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, respondeu que o documento tinha sobretudo, em termos de estratégia metodológica 3 grandes momentos. O momento de recolha de dados, a partir de fontes secundárias, a recolha de dados a partir de um inquérito com uma amostra aleatória e um momento de trabalho técnico e do chamado técnica de “Focus Group”. As fontes secundárias serviram para caracterizar, o inquérito serviu para perceber, no fundo os contributos, sendo que nem sequer sobre eles refletissem muito diretamente no documento, foram contributos transferidos para o “Focus Group” e para os trabalhos técnicos municipais. Aliás do “Focus Group” resultou não apenas uma análise da realidade, mas uma análise do próprio documento, uma espécie quase primeiríssima avaliação ainda o documento não

5 estava terminado e já estava a ser avaliado. Portanto, as conclusões não decorriam do documento, mas de uma análise estruturada, técnica, do próprio documento. Disse estar-se perante o primeiro plano municipal da igualdade e apesar de tudo, considera ser um trabalho que visa dotar o município de um plano suficientemente neutro, evitando discussões ideológicas sobre questões mais aprofundadas da igualdade que não apenas igualdade de género e, ao mesmo tempo, um documento que permitia ao município estar
10 municiado de um instrumento fundamental para aceder aos quadros comunitários. Nesta fase a instrumentalizar o plano aos mecanismos de financiamento e depois pela sua aplicação, a primeira de 2022/2025. Deixou ainda mais alguns considerandos relativos ao documento em discussão. -----

Senhora Deputada Natália Gonçalves (PS) disse que falar de igualdade era falar de direitos humanos, porque a igualdade era uma questão de justiça social no sentido em que mulheres e homens deveriam usufruir das
15 mesmas oportunidades. Tendo em conta as persistentes assimetrias que ainda se faziam sentir relativamente à matéria era fundamental que a promoção da igualdade passasse pela mobilização de medidas políticas enquanto ferramentas essenciais de equilíbrio. O município tinha, desde 2017, o plano municipal para a igualdade, estando em curso a elaboração do segundo plano municipal para a integração de migrantes. Por todo o meritório trabalho nesse âmbito, em 2018, o município foi distinguido com uma menção honrosa
20 atribuída pela Comissão para a igualdade, para a Cidadania e Igualdade de género do prémio viver em igualdade. Em 2022, voltou a receber o mesmo prémio no âmbito da Estratégia Nacional para a igualdade e não discriminação Portugal mais igual. O município de Gaia era reconhecido como um dos melhores locais para se viver em igualdade. O Grupo Municipal do PS, congratulava-se com o trabalho feito, pelo que votam favoravelmente a proposta apresentada. -----

25 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** agradeceu e esperava a disponibilidade da senhora deputada, porque acreditava que também os homens um dia precisariam dos mesmos planos de igualdade. A desigualdade era clara, achava que um dia, se precisaria de fazer um plano de igualdade que, nos ajudasse a sair de um processo desigualitária em que estávamos metidos. -----

30 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.11.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

**Ponto 2.12 - Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Suspensão Imediata da
35 Autorização de Novos Registos de Alojamento Local, por um Período de seis meses, sem Prejuízo da sua**

5 **Renovação por Igual Período, até à entrada em vigor do Regulamento Municipal de Alojamento Local em todo o Território Municipal”.** -----

10 **Senhor Deputado Jorge Pereira (CH)** disse que o Grupo Municipal do CH era contra a proposta por considerar que, para além de ineficaz, era uma medida que criava incerteza no mercado imobiliário, podendo incrementar ainda mais o desvio de projetos para outros concelhos ou distritos. Vila Nova de Gaia tinha aproximadamente 13.500 casas vazias, e 1271, aproximadamente, de alojamentos locais. No ano passado abriram 200 novos registos de alojamento local em todo o concelho, disperso por várias freguesias, o que levava a aferir que não era seguramente esse tipo de negócio, o responsável pela escassez de habitação em Vila Nova de Gaia, nem pelo aumento do seu preço, mais, o alojamento local tinha sido um fator dinamizador do emprego e da, não menos importante, reabilitação do património. O que o concelho precisava era de mais casas no mercado, medidas que levassem os proprietários a disponibilizá-las. Fosse para venda ou arrendamento, com 168 quilómetros quadrados de área e um interior amplo e deprimido, Vila Nova de Gaia precisava de construção nova, ordenada e de qualidade, estimulada por uma baixa morosidade nos licenciamentos e nas taxas cobradas, assim como uma eficaz rede de transportes. -----

20 **Senhor Deputado Rui de Brito (IL)** disse que o Grupo Municipal do IL iria votar contra o ponto em discussão, passando a explanar o seu sentido de voto. O alojamento local atualmente com 1271 licenças atribuídas, 200 das quais foram atribuídas em 2022 representava cerca de 0,9% do parque habitacional do concelho, estando concentrado essencialmente nas freguesias de Santa Marinha e São Pedro da Afurada. Por outro lado, o município tinha 144.000 casas das quais 13.500 estavam vazias. A Câmara Municipal de Gaia, tinha um objetivo ambicioso em curso de compra e/ou construção própria de habitação acessível, com a dotação de até 170 milhões de euros, ao final de um ano e já depois de 2 ofertas públicas de aquisição, quantas habitações já tinham sido adquiridas e entregues às famílias, no âmbito programa primeiro direito? Antes de suspender novas licenças de alojamento local poderia o executivo camarário garantir que já tinha feito tudo que estava ao seu alcance, no que concerne à redução das taxas urbanísticas impulsionar nova construção? Poderia a Câmara Municipal afirmar que os procedimentos internos da Gaiurb são ágeis o suficiente para que, no prazo legal de 30 dias todos os pedidos de licenciamento recebessem uma resposta conclusiva? Poderia a Câmara Municipal garantir que a articulação entre empresas municipais, como as águas de Gaia e Gaiurb que, por vezes, demoram meses a decidir entre si, autorização de instalação de um novo Contador de obra? E por fim, poderia a Câmara Municipal afirmar que nas freguesias do concelho com menor pressão imobiliária, nomeadamente as freguesias do Interior, esforços para as dotar de uma rede de transportes e mobilidade adequados? O problema da falta de habitação não era no seu entender uma responsabilidade do alojamento local, mas falta de políticas públicas de habitação.-----

5 **Senhor Deputado André Pereira (CDU)** disse que esta medida se enquadrava num conjunto de ações políticas do executivo da câmara municipal relativamente à habitação e a CDU sempre apresentou propostas com vista a resolução dos problemas sentidos pelos gaienses em defesa do direito a habitação, conforme expresso na Constituição da República Portuguesa. Apesar de reconhecerem ação positiva do executivo municipal na obtenção dos cerca de 143 milhões do PRR já referidos e, entretanto, já em marcha, não permitiria ignorar a responsabilização do Estado central. Políticas públicas de habitação eram a chave para o combate à medida e aos seus efeitos nefastos. Eram inegáveis os efeitos do turismo no setor da habitação, designadamente no arrendamento. No capítulo da habitação, o que o país precisava, e o PCP sugeria, propor à Assembleia da República um aumento de oferta pública, pela responsabilização do Estado central, mas também um conjunto importante de medidas para quem recorreu a empréstimos para habitação. -----

10
15 **Senhora Deputada Luísa Silva (BE)** disse que sobre a proposta, o Grupo Municipal do BE aprova a proposta da determinação municipal, no sentido de criar uma regulamentação do alojamento local, isto porque, de facto, essa atividade era uma atividade nova, que não tinha praticamente regulação, e tinha efetivamente desregulado muito o mercado habitacional com todas as consequências que isso trazia para as pessoas que residiam nos centro das cidades e para as pessoas que procuravam residir ali. O que pretendiam saber era o porquê de suspenderem por 6 meses enquanto se fazia o regulamento. E o porquê de fazer a suspensão imediata durante 6 meses, de um momento para o outro e com que dados.-----

20
25 **Senhor Deputado Paulo Martins (PSD)** referiu que o Grupo Municipal do PSD iria votar favoravelmente a proposta. Qualquer atividade económica deveria ser regulada e, o PSD defendia isso mesmo, são a favor da iniciativa privada, também é importante dizer que não viam no alojamento local um “bicho papão”. Era importante o regulamento, perceberam que existiria um período de suspensão para que as coisas fossem feitas de forma clara e sem qualquer tipo de ruído à volta. Para um regulamento ser implementado no espaço de 6 meses, teria de correr tudo muito bem, pois achavam que seria um exemplo, se tudo corresse muito bem e se não fossem precisos esses 6 meses, por também percebemos que as pessoas que estão na atividade querem continuar a sua atividade, querem continuar a investir a fazer o investimento privado que estão a fazer e que seria bom para todos. A posição do PSD relativamente ao regulamento, que irá à Assembleia Municipal, aguardavam, pois, não tinham uma opinião formada, por não existir. Seria injusto, dizerem que eram a favor ou contra o regulamento, porque se ele não existe, não tomavam posição. -----

30
35 **Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS)** relativamente ao ponto em discussão disse que o que estava em causa não era uma qualquer tentativa da parte da Câmara Municipal de impedir a iniciativa privada ou qualquer tipo de forma de restrição à liberdade de as pessoas poderem gerar os seus rendimentos no exercício de uma economia aberta, como era a economia portuguesa. Saudavam a intervenção do PSD, do senhor deputado Paulo Martins, que percebia perfeitamente as razões pelas quais suspendeu o regulamento em causa. Se reconhecíamos que havia falta de habitação disponível no mercado, teríamos de perceber, que

5 se a economia é, no fundo, a forma como nós nos organizamos para permitir a produção e a provisão de bens e serviços, e neste caso, em concreto, o direito à habitação é um serviço que nós precisamos de ajudar ou prever. Que se há uma competição de fins, cabe-nos a nós também regular para que as pessoas tenham em 1º lugar acesso ao bem ou serviço que nós entendemos que é prioritário. E esse estava constitucionalmente garantido, que era o da Habitação e, se era verdade que as pessoas tinham liberdade para poder organizar-se e tirar rendimentos das suas habitações investimentos para o alojamento local, também é verdade que 10 se é uma competição direta com o mercado de arrendamento, nomeadamente com o arrendamento de longa duração nós teremos de acautelar isso na discussão e ter em atenção que eventualmente só regulando é que nós permitimos que se impeçam coisas como o senhor Presidente, disse, é o facto de haver hoje em dia desvio, cada vez mais de habitações que estavam a ser utilizadas para arrendamento de longa duração e 15 que passavam a estar disponibilizados para o alojamento local. Também dizer que é com alguma surpresa que vemos, o CH não tanto, mas a IL, a reclamar a falta da capacidade do mercado resolver um problema, que as políticas públicas é que falharam. Dizia o senhor deputado do PCP e desse ponto de vista, temos 2% de habitação pública em Portugal, Parque Habitacional público, só 2%. Esqueceu-se foi de dizer, apesar de ter feito críticas justas ao passado, que temos programado até 2026 sito de core, 3 mil milhões de euros do 20 dinheiro público investido em construção de habitação pública. Era o maior programa de construção de habitação pública em Portugal. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse apenas para complementar, ouvindo o senhor deputado do IL, estávamos a discutir o mundo ocidental, a globalização, e toda essa coisa ideológica maravilhosa de quem, olha para o que eu digo não olhes para o que eu faço. Ali o objetivo era 25 mais prático, suspender para fazer o regulamento. Quanto à senhora deputada Luísa Ferreira da Silva, desde que foi conhecido através da imprensa, a ordem de trabalhos da reunião de câmara, o município, viu em 48 horas, pouco mais de 48 horas, registados na plataforma 154 alojamentos. Ou seja, toda a gente percebe que se o município tivesse feito aqui uma longa discussão sobre se deveria ou não suspender, sobre se deveria ou não ponderar a suspensão, o que teria acontecido era uma inundação da plataforma, de pedidos de registo para cativar, e nós, quando fôssemos suspender o melhor que tínhamos já era erradicar. E, 30 portanto, o efeito surpresa, não teve nenhum outro objetivo que não fosse não acicatar o mercado numa lógica que poderia ser perversa ao próprio objetivo. Ficava contente por dizerem que não se justificava suspender o regulamento, porque não havia pressão, entendiam que não era quando se chegava que o deveriam fazer para regular, porque aí já nada havia a fazer. As divagações que, o senhor deputado da 35 iniciativa liberal fazia, dizendo coisas que não faziam sentido e que não eram verdade. Tinha a honra de em 9 anos de presidente de câmara, não ter nenhum problema urbanístico, escândalo urbanístico, ou ato de corrupção. Se queriam discutir habitação, discutimos, mas não existiam 30 dias para aprovações dos projetos. E, se havia 13.500 casas vazias, não serão seguramente por razões que sejam inimputáveis ao mercado. Eram

5 alguns terrenos com resoluções difíceis, são casas de fundos imobiliários e bancos que só pagam 50% de IMI e porque os liberais acham, que quanto menos pagarem, mais eles têm impulsos de pôr a habitação no mercado. Enquanto qualquer um que tinha uma habitação tinha de pagar 100% de IMI, um banco ou um fundo imobiliário, com casas devolutas pagava só 50% de IMI. Essa era a fiscalidade que os liberais defendiam. Pois, no dia em que tivermos casas devolutas que não sejam pressionadas pela política fiscal,
10 iremos acumulando a 13.500 casas vazias muito mais, porque elas não estão vazias à toa. Que o deputado não tinha votado a favor da estratégia local de habitação e vinha naquele momento pedir contas da estratégia local de habitação. Finalizou o esclarecimento lendo um pequeno estudo da Universidade do Porto. -----

Senhor Deputado Luís Nogueira, (CDS-PP) disse estar-se a votar a suspensão imediata para regular um mercado, que já devia estar regulada há muito tempo. Portanto, quando os investidores privados juntaram
15 as suas poupanças e recuperaram o edificado, os responsáveis políticos calaram-se. Estavam a favor daquilo que o senhor Presidente disse. Mais valia tarde do que nunca. Votariam a favor da suspensão para se fazer o regulamento. Para discutir habitação social e de quem fez mais ou menos, recordava que foi uma governação de direita, dos famigerados homens de direitos que fizeram a lei Cristas e por aí fora que construíram e entregaram 5.500 casas de habitação social em Gaia. Que, no tempo do Dr. Menezes investiram 600 milhões
20 de euros em habitação social. Recordava que a famosa dívida que todos repetem, 170 milhões da dívida era Instituto Nacional de habitação. A dívida tinha sido constituída em grande parte em Gaia para construir habitação social que décadas de governação socialista não conseguiu construir. Tudo o que o senhor Presidente enunciou como investimento votaram favor e ainda quando a câmara intervém para suprir as necessidades. Quando discutiam habitação na assembleia, gostava de dizer que o problema não era de a
25 renda ser alta ou baixa. O problema era que as pessoas ganhavam cada vez menos em Portugal. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues, disse ao senhor deputado Luís Nogueira que estava a gerir 3.900, eles tinham feito 5.500, onde é que elas estavam? A direita fez bairros sociais e em termos de política assistencialista não havia melhor que os bairros sociais. Que o município estava em tempo da renda acessível, diferente. Teceu ainda diversos considerandos à intervenção do senhor Deputado,
30 dizendo não deixar vender casas, estacionamento, terrenos da Câmara, o quartel dos bombeiros. O modelo não era construir, era ir ao mercado e comprar.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 2.12. -----

35 **Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN), 02 votos contra (01 do CH e 01 do IL).** -----

5 De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (Vide anexo nº). -----

Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram zero horas e vinte e nove minutos do dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, da qual foi lavrada a presente Ata, a
10 qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

A Primeiro Secretária

15

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

O Presidente da Assembleia Municipal

20

(Albino Pinto de Almeida)